

IX Encontro da ABCP

4 a 7 de agosto de 2014 – Brasília

Área Temática: Eleições e Representação Política

Para além de São Paulo: Medindo a Concentração Eleitoral em todo o Brasil

Glauco Peres da Silva[†]

CEM / NECI – FFLCH (USP)

glauco.p.silva@gmail.com

[†]Este trabalho foi financiado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEBRAP, USP), processo nº 2013/07616-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Resumo

O objetivo deste trabalho é o de avaliar o nível de concentração regional de votos para os candidatos a deputado federal em todo o Brasil entre 1998 e 2010. Avelino et al. (2011) propõem uma medida, o índice G, que é amplamente utilizada pela Economia Regional e a aplicam para São Paulo. Os resultados encontrados neste estado sugerem que a concentração de votos é menor do que o esperado, se dá em níveis macrorregionais, é menor para os candidatos eleitos e ainda diminui na medida em que o político se recandidata. Porém, não se observa o mesmo padrão em todos os distritos. Os valores obtidos para São Paulo são sistematicamente superiores às médias dos demais estados, mesmo quando se controlam as diferentes magnitudes. Quanto menor a magnitude do distrito, mais dispersos são os votos em média. Ademais, os valores médios observados continuam a indicar que aqueles que se recandidatam desconcentram seus votos, a despeito do resultado do pleito. Estes resultados são relevantes, pois demonstram que ainda que a regra eleitoral seja única, características específicas dos distritos eleitorais alteram o comportamento dos candidatos e o padrão de disputa por votos.

Palavras-chave: Concentração de votos, deputado federal, índice G.

Introdução

O objetivo deste trabalho é o de avaliar o nível de concentração regional de votos para os candidatos a deputado federal em todo o Brasil entre 1998 e 2010. Avelino et al. (2011) propõem um novo indicador e, para São Paulo, os autores encontraram resultados que sugerem que os candidatos eleitos apresentam concentração menor do que os não-eleitos, o grau de concentração médio vem caindo sistematicamente ao longo dos anos e a estratégia de concentração regional é mais frequente entre os eleitos. Além do mais, há indícios de que a espacialização do voto se dê confinada em macroregiões do estado, como as Mesoregiões do IBGE. Assim, a avaliação para os demais distritos do país é interessante não só para se conhecer os níveis de concentração regional dos candidatos a deputado, como para se avaliar empiricamente as possibilidades de formação de redutos eleitorais em distritos com características distintas, já que a legislação é a mesma para todo o país, o que justificaria a observação de resultados idênticos em todo o país.

Entretanto, os resultados encontrados para o restante do país acentuam ainda mais os achados para o distrito de São Paulo, com algumas variantes importantes. Em primeiro lugar, os valores observados para o restante do país são ainda menores e no geral, são menores seguindo as magnitudes dos distritos: quanto menor o número de cadeiras em disputa, menores os níveis de concentração de votos. Neste sentido, a concentração eleitoral parece não ser a regra para as disputas entre os candidatos a deputado federal. Em segundo lugar, os padrões de concentração na média para o país são mais elevados se são consideradas as regiões maiores dos estados do que no nível municipal. Porém, para os distritos de baixa magnitude ($M \leq 12$), esta diferença não acontece. A hipótese desta observação é a de que são em geral estados de baixa extensão geográfica, facilitando a busca por votos em todo o distrito. Em terceiro lugar, os eleitos apresentam sistematicamente votação mais dispersa do que os candidatos não eleitos, como em São Paulo. Esta constatação pode se dar em decorrência das dificuldades dos candidatos pequenos em alcançar número maior de eleitores, o que acaba por resultar em uma votação concentrada e, ao mesmo tempo, o fada ao insucesso eleitoral. Em quarto e último lugar, ao se recandidatar, os candidatos apresentam uma votação mais dispersa do que na eleição anterior. Porém, deve-se notar que, diferentemente do antecipado por Avelino *et al.* (2011), este resultado não parece estar associado ao sucesso eleitoral em algum momento da carreira. Tal resultado é válido para todos os candidatos que se recandidatam ao longo do período considerado. Mesmo aqueles que não se elegem em nenhum pleito também apresentam, em média, desconcentração de seus votos ao longo do tempo.

Os resultados apresentados aqui são importantes para o entendimento do funcionamento do sistema político brasileiro, notadamente porque abre caminho para a avaliação das diferenças existentes entre os distritos eleitorais do país. Ainda que a legislação seja a mesma e que a partir dela se discutam os incentivos ao comportamento político geral, os dados tratados aqui mostram que as diferenças existem e que estas podem ser decorrências, principalmente, da dimensão geográfica de cada distrito e da distribuição relativa do eleitorado dentro de cada estado, dentre outras. Com estes objetivos, o trabalho, além desta introdução, apresenta brevemente uma revisão da literatura a fim de justificar algumas hipóteses derivadas do trabalho de Avelino et al. (2011), para em seguida, partir para a avaliação empírica. Por fim, uma seção de considerações finais encerra o trabalho.

Revisão da Literatura

A análise sobre concentração espacial tem sua origem para o caso brasileiro nos trabalhos de Ames (1995a, 1995b). Nestes trabalhos, intimamente alicerçados nas premissas do incentivo descentralizador das regras eleitorais do sistema político nacional, o autor apresenta uma tipologia que conjuga duas dimensões: a limitação geográfica dos votos e o grau de disputa destes votos regionalmente. O autor argumenta que dadas as regras vigentes nas eleições para o legislativo nacional, os políticos encontram incentivos para a formação de distritos eleitorais informais com os quais estabelecem uma relação clientelista desagregadora nas atividades legislativas. Estes trabalhos pioneiros serão seguidos posteriormente por Carvalho (2003) que mantém a tipologia proposta, mas estendem as conclusões originais. Assim, nesta obra, o autor encontra resultados que amenizam a interpretação de Ames, indicando que o incentivo para o comportamento paroquialista não é geral. Em 2011, Avelino *et al.* (2011) avançam neste debate ao defender que os indicadores propostos pela literatura até então não são adequados para a mensuração da concentração regional de votos. Estes autores propõem uma nova medida e a aplicam para São Paulo. O indicador proposto, o índice G que é amplamente utilizado pela literatura da Economia Regional, é adaptado para mensuração da concentração de votos. Sua fórmula é

$$G_d = \sum_m \left(\frac{V_{dm}}{V_d} - \frac{V_m}{V} \right)^2 \quad (1)$$

em que G_d é o índice medido para o candidato d ; V_{dm} é a votação obtida pelo candidato d no município m , V_d é o total de votos do candidato d ; V_m é o total de votos do município m e V é o total de votos do estado. Este indicador é entendido como um avanço por permitir um contrafactual natural para a avaliação da concentração, já que quando os votos são perfeitamente distribuídos no espaço, seu valor é igual a zero, além de permitir a avaliação

do grau de concentração dos votos com a literatura em Economia Regional, com histórico bastante vasto para estes registros.

Os dados para São Paulo refutam a interpretação sobre os incentivos para a concentração de votos ao se tomar os municípios como nível geográfico analítico. A concentração é no geral menor do que o esperado pela literatura e ainda ocorre em níveis geográficos maiores, no nível das micro e meso-regiões do IBGE. Ademais, os autores também encontram indícios de que os políticos que se recandidatam apresentam votações mais desconcentradas, em geral, e os candidatos eleitos têm votos mais desconcentrados do que os demais.

Estes resultados modificam a compreensão que se faz sobre o sistema político nacional, se repetidos para os demais distritos. Há particularidades em São Paulo que podem influenciar a interpretação sobre os achados. A primeira característica é a magnitude do distrito. O número de cadeiras em disputa é a maior dentre todos os distritos do país. Este número elevado deveria, em tese, permitir que candidatos com percentuais do quociente eleitoral não tão elevados, e possivelmente concentrados espacialmente, conseguissem êxito na eleição. Assim, São Paulo apresentaria média mais elevada de concentração de votos do que os demais distritos. Inclusive em razão dos custos de campanha em estados geograficamente mais extensos. A estratégia de concentrar espacialmente a campanha passa a ser a alternativa frente aos custos de percorrer todo o estado. Por outro lado, deve-se considerar o fato de que São Paulo é sobrerrepresentado no Congresso Nacional. Esta constatação diminui o impacto da magnitude do distrito. Distritos que são super-representados no Congresso, ao contrário, devem apresentar candidatos com concentração menor, na medida em que a competição deve ser relativamente superior, com candidatos sendo obrigados a alcançar eleitores em várias regiões do estado. A segunda característica é quanto ao número de municípios no estado. São Paulo possui 645 cidades, com média em torno de 50 mil habitantes. Como alguns trabalhos têm demonstrado (BARONE), para o partido, é importante vencer as eleições para as prefeituras, pois aumentam as votações recebidas para o cargo de deputado federal na eleição seguinte. Neste sentido, um maior número de prefeituras com as quais os deputados devem lidar tende a concentrar seus votos, na medida em que há custos na coordenação de interesses e há diferentes partidos liderando as prefeituras, o que dificultaria a expansão da votação dos deputados. Por fim, Avelino et al. (2011) apenas sugerem que recandidaturas de políticos já eleitos apresentam níveis menores de concentração de votos. Este resultado pode ser combinado com a evidência trazida por Samuels (1999), para quem a vantagem dos incumbentes está em aumentar a arrecadação para suas campanhas. Todos estes resultados observados em São

Paulo precisam ser qualificados em relação aos demais estados do país de forma a permitir a avaliação sobre o funcionamento do sistema eleitoral. Esta avaliação ainda permite que se compreenda como um mesmo conjunto de incentivos culmine em resultados potencialmente diversos em razão de particularidades locais. Assim, este trabalho pretende verificar as seguintes hipóteses:

H1: Quanto maior a magnitude do distrito, mais concentrados os votos dos candidatos.

H2: Quanto maior o número de municípios no distrito, mais concentrados os votos dos candidatos.

H3: Quanto maior o número de vezes que um indivíduo concorre a eleição, mais desconcentrados são seus votos.

Análise dos Dados

Para iniciar a avaliação da primeira hipótese, a tabela 1 fornece as médias gerais para todo o país.

Tabela 1 – Média geral dos índices G para diferentes níveis de agregação

Eleicao	Gmun	Gmicro	Gmeso
1998	0,207	0,244	0,254
2002	0,218	0,249	0,259
2006	0,220	0,244	0,250
2010	0,228	0,250	0,251

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

O que se nota nestes dados é que os valores são relativamente baixos durante todo o período, sugerindo desconcentração de votos, para os três níveis de agregação. A média para o nível municipal, por outro lado, cresceu durante todo o período, o que sugere uma leve concentração em média. Já nos níveis micro e mesoregionais, os valores permaneceram relativamente estáveis. O que também pode ser destacado é que o mesmo processo de SP se repete no geral do país: o nível geográfico no qual há algum tipo de concentração, ela se dá no nível microrregional. Assim, este nível será privilegiado para as análises posteriores. Com isto, a próxima tabela apresenta os dados para os níveis médios de concentração de votos para as diferentes unidades da federação.

O que se percebe nestes dados é que os níveis de concentração são, em geral, muito baixos para todas as eleições. Os indicadores mais elevados ocorrem nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, em torno de 0,3. Notadamente, São Paulo apresenta um nível de concentração de votos superior aos demais distritos.

Tabela 2 – Média do índice G (micro) por UF e magnitude dos distritos¹

UF	1998	2002	2006	2010	M
AC	0,073	0,120	0,104	0,124	8
AM	0,039	0,031	0,042	0,029	8
AP	0,015	0,004	0,006	0,024	8
MS	0,222	0,230	0,209	0,219	8
MT	0,264	0,214	0,227	0,204	8
RN	0,196	0,162	0,145	0,152	8
RO	0,258	0,250	0,183	0,192	8
RR	0,050	0,032	0,033	0,031	8
SE	0,100	0,098	0,101	0,089	8
TO	0,114	0,147	0,153	0,108	8
AL	0,079	0,106	0,119	0,116	9
ES	0,202	0,218	0,222	0,244	10
PI	0,191	0,166	0,142	0,159	10
PB	0,188	0,207	0,169	0,168	12
<i>Pequena (M ≤ 12)</i>	<i>0,142</i>	<i>0,142</i>	<i>0,132</i>	<i>0,133</i>	
SC	0,295	0,285	0,271	0,258	16
GO	0,175	0,186	0,197	0,166	17
PA	0,242	0,206	0,232	0,228	17
MA	0,207	0,226	0,238	0,253	18
CE	0,207	0,175	0,217	0,164	22
PE	0,189	0,188	0,227	0,228	25
<i>Média (12 < M ≤ 25)</i>	<i>0,219</i>	<i>0,211</i>	<i>0,230</i>	<i>0,216</i>	
PR	0,297	0,300	0,276	0,307	30
RS	0,270	0,262	0,273	0,243	31
BA	0,241	0,215	0,237	0,251	39
RJ	0,136	0,153	0,138	0,156	46
MG	0,289	0,298	0,307	0,300	53
SP	0,287	0,318	0,286	0,299	70
<i>Grandes (M > 25)</i>	<i>0,253</i>	<i>0,258</i>	<i>0,253</i>	<i>0,259</i>	

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

Outro ponto que merece bastante destaque é que o nível de concentração parece crescer com o aumento da magnitude do distrito. Na tabela acima, é possível notar que a média é crescente com a magnitude dos distritos. Nos estados considerados de pequena magnitude (menor do que 12 assentos), a média do índice de concentração está em torno de 0,13, enquanto nos estados de média magnitude (assentos entre 12 e 25), este valor se coloca em torno de 0,22, e nos de grande magnitude (maior do que 25 assentos), a média está em torno de 0,25. Cabe destacar que a correlação entre os indicadores e a magnitude dos distritos cresce de 0,49 em 1998 para 0,60 em 2010. Mas deve-se notar que há alguns

¹ Vale mencionar que o Distrito Federal não foi considerado neste trabalho, pois não há divisões territoriais internas a ele. Assim, os indicadores sempre seriam iguais a 0.

estados que destoam sensivelmente de seus grupos. São eles: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Espírito Santo, dentre os de pequena magnitude; Santa Catarina, dentre os de média magnitude e o Rio de Janeiro dentre os de grande magnitude. Porém, apesar destes resultados significativos, é preciso considerar o número de cidades em cada distrito como fator explicativo do valor observado destes índices. A tabela 3 a seguir apresenta estes dados.

Tabela 3 – Média do índice G (micro) por UF e número de municípios em 2010

UF	1998	2002	2006	2010	Municípios
RR	0,050	0,032	0,033	0,031	15
AP	0,015	0,004	0,006	0,024	16
AC	0,073	0,120	0,104	0,124	22
RO	0,258	0,250	0,183	0,192	52
AM	0,039	0,031	0,042	0,029	62
SE	0,100	0,098	0,101	0,089	75
ES	0,202	0,218	0,222	0,244	78
MS	0,222	0,230	0,209	0,219	78
RJ	0,136	0,153	0,138	0,156	92
<i>Pequeno (N<100)</i>	<i>0,122</i>	<i>0,126</i>	<i>0,115</i>	<i>0,123</i>	
AL	0,079	0,106	0,119	0,116	102
TO	0,114	0,147	0,153	0,108	139
MT	0,264	0,214	0,227	0,204	141
PA	0,242	0,206	0,232	0,228	143
RN	0,196	0,162	0,145	0,152	167
CE	0,207	0,175	0,217	0,164	184
PE	0,189	0,188	0,227	0,228	185
MA	0,207	0,226	0,238	0,253	217
PB	0,188	0,207	0,169	0,168	223
PI	0,191	0,166	0,142	0,159	224
GO	0,175	0,186	0,197	0,166	246
<i>Médio (100<N<250)</i>	<i>0,186</i>	<i>0,180</i>	<i>0,188</i>	<i>0,177</i>	
SC	0,295	0,285	0,271	0,258	293
PR	0,297	0,300	0,276	0,307	399
BA	0,241	0,215	0,237	0,251	417
RS	0,270	0,262	0,273	0,243	496
SP	0,287	0,318	0,286	0,299	645
MG	0,289	0,298	0,307	0,300	853
<i>Grande (N>250)</i>	<i>0,280</i>	<i>0,280</i>	<i>0,275</i>	<i>0,276</i>	

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

Neste caso, os valores médios parecem ainda mais agrupados: para os distritos com menos de 100 cidades, a média do índice está em torno de 0,12, com Rondônia e o Mato Grosso do Sul novamente se destacando como outliers. No grupo de estados com número médio de

idades, o valor médio do índice G está em torno de 0,18, sendo que agora Alagoas, Tocantins e Mato Grosso surgem como outliers. No terceiro grupo, de estados com elevado número de cidades, o valor médio do G está em torno de 0,28, sem estados com valores discrepantes. Neste sentido, qual dos efeitos, magnitude dos distritos ou número de municípios, surge como fator mais determinante? A fim de evidenciar este aspecto, um modelo de regressão múltipla é apresentado, no qual a variável dependente é a média do índice G para cada distrito e as variáveis independentes são a magnitude do distrito e o número de municípios em 2010. Como as variáveis explicativas são altamente correlacionadas entre si ($\rho=0,804$), será preciso considerá-las em especificações distintas. A tabela abaixo apresenta os resultados:

Tabela 4 – Parâmetros estimados para o modelo de regressão para G médio

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
magnitude	0,28*** (0,008)				0,003 (0,008)
ln(magnitude)		0,739*** (0,184)			
municípios			0,003*** (0,0006)		
ln(municípios)				0,633*** (0,093)	0,599*** (0,123)
Constante	1,292*** (21,08)	-0,161 (0,512)	1,226*** (0,169)	-1,283** (0,466)	-1,180** (0,531)
Observações	26	26	26	26	26
R-quadrado ajustado	0,290	0,378	0,482	0,647	0,634

Erro padrão em parênteses

*** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$

Os resultados acima são importantes. Apesar de um modelo simples, esses dados mostram que a magnitude tem menor correlação com o valor médio do índice G do que o número de município dos estados. Como a correlação entre os indicadores é elevada, o modelo 5 é o único em que há a possibilidade de utilizar simultaneamente as duas variáveis, em especificações diferentes (nestecaso, $\rho=0,645$). Nesta especificação, apenas o número de municípios tem significância estatística. Deve-se notar, ainda, que a quarta especificação é aquela em que o R^2 ajustado é maior, mas muito próximo do valor observado no quinto modelo. Assim, pode-se dizer que as duas primeiras hipóteses foram confirmadas: quanto maior a magnitude do distrito e quanto maior o número de municípios, maiores os níveis de concentração dos votos. Porém, estes resultados sugerem que o número de municípios parece mais relevante do que o número de cadeiras em disputa. Resta, então, avaliar as variações nos índices de concentração quando os políticos se recandidatam.

O primeiro dado que merece ser observado é a comparação entre os valores de concentração para os eleitos e não eleitos por distrito. A tabela 5 apresenta estes dados.

Tabela 5 – Valores médios para o índice G para eleitos e não eleitos por estado

UF	1998		2002		2006		2010	
	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos
AC	0,135	0,065	0,140	0,118	0,134	0,100	0,053	0,134
AL	0,079	0,079	0,088	0,108	0,035	0,127	0,104	0,117
AM	0,016	0,042	0,034	0,031	0,029	0,043	0,033	0,028
AP	0,004	0,016	0,007	0,004	0,001	0,006	0,002	0,025
BA	0,235	0,244	0,179	0,226	0,180	0,247	0,174	0,264
CE	0,191	0,210	0,165	0,177	0,145	0,228	0,203	0,158
ES	0,148	0,208	0,133	0,225	0,107	0,233	0,158	0,253
GO	0,112	0,186	0,104	0,195	0,124	0,207	0,109	0,173
MA	0,122	0,223	0,151	0,235	0,160	0,246	0,130	0,267
MG	0,235	0,297	0,236	0,307	0,222	0,316	0,194	0,311
MS	0,187	0,226	0,163	0,235	0,097	0,219	0,136	0,227
MT	0,192	0,274	0,241	0,212	0,123	0,234	0,144	0,209
PA	0,158	0,255	0,172	0,210	0,220	0,233	0,207	0,231
PB	0,124	0,200	0,139	0,214	0,091	0,178	0,135	0,172
PE	0,212	0,184	0,169	0,190	0,138	0,237	0,143	0,239
PI	0,073	0,207	0,113	0,172	0,045	0,151	0,038	0,170
PR	0,277	0,300	0,213	0,312	0,217	0,282	0,202	0,318
RJ	0,130	0,137	0,107	0,157	0,139	0,137	0,158	0,156
RN	0,126	0,205	0,137	0,164	0,083	0,150	0,114	0,155
RO	0,148	0,270	0,187	0,254	0,207	0,181	0,135	0,197
RR	0,007	0,056	0,016	0,034	0,040	0,032	0,057	0,028
RS	0,255	0,273	0,158	0,279	0,155	0,285	0,163	0,252
SC	0,345	0,288	0,233	0,291	0,195	0,280	0,159	0,268
SE	0,056	0,105	0,050	0,103	0,049	0,107	0,027	0,096
SP	0,240	0,292	0,235	0,326	0,246	0,289	0,197	0,306
TO	0,090	0,117	0,056	0,156	0,123	0,155	0,050	0,117

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

O que mais se chama atenção nos resultados acima é que como regra, os candidatos eleitos possuem votação mais desconcentrada do que os não-eleitos. As exceções acontecem no Acre (3 eleições), no Amazonas, no Rio de Janeiro e em Roraima (2 eleições) e em Alagoas, no Amapá, no Ceará, no Mato Grosso, em Pernambuco, em Rondônia e em Santa Catarina (1 eleição). Isto significa que em 15% das ocorrências, apenas, os não eleitos apresentam votação mais desconcentrada do que o candidatos eleitos. Vale a pena notar que se forem considerados apenas os candidatos que receberam ao menos 1/6 do

quociente eleitoral em cada eleição², o percentual de casos em que os eleitos apresentam votação superior aos não eleitos é de 49%. Isso significa dizer que se considerarmos que esses candidatos são os competitivos, são praticamente indistintas as médias entre eleitos e não eleitos. Para registro, é importante notar que em São Paulo, mesmo considerando apenas os competitivos, apenas em 2006 os não eleitos apresentam menor concentração de votos do que os eleitos. Nas demais, a votação dos eleitos é sempre mais desconcentrada em média. É preciso ainda verificar qual a variação dos índices de concentração quando os candidatos tentam a eleição em mais de um pleito. A tabela 6 apresenta esses dados abertos por distrito.

Tabela 6 – Variação do índice G para políticos que se recandidatam por estado

UF	Recandidaturas		
	1a	2a	3a
AC	-0,025	-0,034	
AL	0,006	0,014	0,021
AM	0,010	-0,008	0,004
AP	0,000	-0,001	0,016
BA	-0,048	-0,008	0,026
CE	-0,009	-0,004	0,066
ES	-0,064	-0,018	0,049
GO	-0,002	-0,035	-0,007
MA	-0,019	-0,010	0,011
MG	-0,054	-0,047	-0,005
MS	-0,015	0,005	-0,057
MT	-0,021	-0,071	-0,085
PA	-0,020	0,005	0,040
PB	-0,033	-0,007	-0,016
PE	-0,017	-0,012	0,026
PI	0,002	-0,022	-0,001
PR	-0,056	-0,012	0,001
RJ	0,008	0,011	0,001
RN	0,014	0,058	-0,114
RO	0,004	-0,020	-0,008
RR	0,015	0,024	-0,038
RS	-0,072	-0,058	-0,039
SC	-0,056	-0,031	-0,011
SE	-0,007	0,009	
SP	-0,048	-0,032	0,003
TO	0,031	-0,050	0,030
Média	-0,029	-0,019	0,005

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

²Para discussões a respeito da competitividade dos candidatos e desses percentuais, vide Carneiro (2009) e Ribeiro (2013).

É preciso um aviso: os dados acima foram construídos considerando apenas políticos que tenham conseguido se eleger ao menos uma vez durante as quatro eleições analisadas³. Assim sendo, nota-se que em média as votações se desconcentram quando o político se apresenta até a terceira vez. Em sua quarta apresentação como candidato, a média indica concentração dos votos. Mas cabe destacar que a avaliação por distrito mostra que em 13 deles a votação se concentra, mas em outros 11 estados, ela se desconcentra. Outro fato que chama atenção é o de que apenas em distritos com baixa magnitude, a exceção do Rio de Janeiro, a variação na primeira recandidatura é positiva. Em nenhum estado com magnitudes médias ou grandes a média é maior do que zero. Vale ressaltar que para o Rio de Janeiro as médias das variações são sempre positivas para todo o período analisado. Isto se repete em Alagoas e Rio Grande Norte. A tendência, porém, é de variação negativa nas médias dos indicadores, sugerindo desconcentração dos votos.

Ao se introduzir a avaliação do resultado do pleito, a análise não difere da apresentada aqui. A tendência é a desconcentração de votos. Porém, há nuances como a tabela 7 a seguir permite notar.

Tabela 7 – Variação do índice G para políticos de acordo com o resultado do pleito

		Pleito Final	
		Não eleitos	Eleitos
Pleito Inicial	Não eleitos	-0,002	-0,042
	Eleitos	-0,021	-0,019

Fonte: TSE. Elaborado pelo autor.

Quando no pleito inicial o candidato não se elege e na eleição seguinte ele também não se elege, seus votos praticamente permanecem com a mesma abrangência territorial. A variação média do índice G é muito próxima a zero (-0,002) e para os outros dois níveis de agregação trabalhados, municipal e mesorregião, o padrão se repete: variação média igual a 0,007 e 0,004, respectivamente. Porém, quando o indivíduo que não foi eleito na sua primeira tentativa alcança êxito na segunda, seus votos se desconcentram. A variação média neste caso é de -0,042, quase 17 vezes maior do que o observado quando não se elege. Já dentre os candidatos que se elegem já na primeira vez que concorrem, seus votos tendem em média a se desconcentrar, seja qual for o resultado da eleição subsequente. Em ambos os casos, a votação se desconcentra, tenha ele obtido sucesso novamente (variação igual a -0,019), ou não (variação igual a -0,021). O que é curioso ressaltar é que nos casos de insucesso, a votação se desconcentra mais do que nos casos em que o deputado

³ Isto decorre da dificuldade em se trabalhar com os vínculos dos dados de diferentes eleições. Neste trabalho, o vínculo foi construído utilizando o título de eleitor dos políticos.

consegue a reeleição. A variação da desconcentração média é cerca de 13% maior no caso de fracasso, e se medida pelo nível municipal ou mesoregional, a observação se mantém: 23% e 6%, respectivamente. Ou seja, o deputado cujos votos apresentam menor desconcentração tem conseguido se reeleger. Estes resultados todos em conjunto confirmam parcialmente a terceira hipótese deste trabalho, já que a recorrência na candidatura não implica em desconcentração de votos em todas as unidades federativas, ainda que para os deputados que se recandidatem tenda a se observar desconcentração de votos.

Considerações Finais

Este trabalho procurou avançar nos diagnósticos feitos a respeito dos padrões de votação dos candidatos a deputado federal no Brasil. Em razão da utilização de indicadores pouco apropriados, a literatura ainda apresenta uma defasagem considerável quanto a compreensão da dinâmica das votações para este cargo.

O que se observou neste trabalho é que os candidatos em distritos de maior magnitude apresentam votação mais concentrada do que em distritos menores, resultado que confirma a expectativa da literatura sobre o tema. Também se observou que os estados com maior número de municípios tendem a apresentar maior concentração de votos. Porém, a análise conjunta sugere que o número de municípios tem correlação mais forte do que a magnitude dos distritos. Esta constatação merece investigações mais amplas, pois sugere uma dinâmica de interação entre os diferentes atores políticos que se envolvem em uma eleição. Neste caso, a suspeita recai sobre a relevância dos prefeitos no alcance regional dos votos dos deputados.

Ademais, a hipótese sobre a desconcentração de votos em eleições sucessivas foi confirmada parcialmente. Em diferentes estados, as médias indicam concentração ao invés de desconcentração de votos. Já ao se considerar o resultado da eleição, a votação em eleições sucessivas tende a ser concentrada para os não eleitos, como regra. O indivíduo deve desconcentrar seus votos se pretende se eleger, mesmo que não esteja em sua primeira tentativa.

Neste contexto, é preciso ainda aprofundar as considerações sobre os portes dos candidatos. Ao formar as listas, os partidos consideram o potencial de voto dos diferentes interessados e, ainda, colocam dinheiro nas campanhas de alguns deles. O resultado observado da votação dos candidatos passa por esta dimensão também, e não apenas pelas disposições individuais. Aqui foi possível apenas levantar um indício dessa importância, ao se filtrar os dados pela porcentagem do quociente eleitoral do candidato,

mas são necessárias investigações mais profundas que vinculem a atuação dos partidos na dispersão dos votos.

Por fim, é preciso considerar os gastos de campanha na dispersão dos votos. Espera-se que nos estados em que os candidatos possuem mais recursos, as votações sejam mais dispersas. O argumento de Samuels, de que a vantagem de um incumbente no Brasil está na sua capacidade de arrecadar mais recursos para sua campanha, pode ser fator explicativo das observações feitas quanto à desconcentração de votos para os deputados que buscam reeleição. Desta maneira, entende-se que diante dos resultados trazidos aqui, estas possibilidades que se abrem e foram destacadas aqui possibilitarão melhor compreensão dos resultados eleitorais observados.

Bibliografia

AMES, B. 1995a, "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". **American Journal of Political Science**, v. 39 n. 2, pp. 406-33.

_____. 1995b, "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in Brazilian Congress". **The Journal of Politics**, v. 57, n. 2, pp: 324-43.

AVELINO, G., BIDERMAN, C. e BARONE, L. S. 2012, "Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil", **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 49 (2): 319-347.

AVELINO, G., BIDERMAN, C. e SILVA, G. P. 2011, "A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações", **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 55 (4): 987-1013.

CARNEIRO, A. R., 2009, Processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no Rio de Janeiro – Organizando as "peças" do "quebra-cabeça", **dissertação de Mestrado em Ciência Política**, IESP-UERJ.

CARVALHO, N. R. de. 2003, **E no Início Eram as Bases**. Rio de Janeiro, Ed. Revan.

RIBEIRO, A. de O., 2013, Papel dos partidos na composição das listas para o legislativo nacional: o caso do Estado do Rio de Janeiro, **dissertação de Mestrado em Ciência Política**, IESP-UERJ.

SAMUELS, D. 1999, "Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-Centric Electoral Systems". **Comparative Political Studies**, vol. 32, nº 4, pp. 487-518.